

# A PROBLEMÁTICA DO IMAGINÁRIO URBANO

Ulpiano T. Bezerra de MENESES  
Departamento de História - FFLCH/LTSP

O propósito deste texto\* é simplesmente introduzir a configuração do imaginário urbano enquanto fenômeno social. Há muita confusão a respeito, e, em geral, a superficialidade com que se fala de imaginário urbano compromete qualquer tratamento posterior que a ele se possa dar e impede o entendimento satisfatório de suas implicações. Assim, pareceu-me temeroso pretender abarcá-lo em suas múltiplas e intrincadas dimensões. Meu objetivo aqui, portanto, é somente traçar um perfil dessa problemática tão ampla: definir e mapear um determinado território, mas não percorrê-lo.

## PREMISSAS

Como ponto de partida conviria refletir um pouco sobre o significado de termos como imaginário, imaginação e imagem.

*Imagem* é uma forma que serve de suporte a representações. Tais formas são variadas e integram aquela ampla "família de imagens" a que se referia W. Mitchell: imagens óticas, gráficas, perceptivas, mentais, verbais.

*Imaginário*, por sua vez, implica sistemas de imagens, imagens articuladas, com uma estrutura que precisa ser definida e com um funcionamento e dinâmica que é necessário analisar.

(\*) Reproduzido, com pequenas alterações, da *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*. São Paulo, v. 55: p. 11-20, jan.-dez. 1997.

A *imaginação* é a capacidade de criar imagens. Castoriadis acredita que tal capacidade deva ser entendida em seu nível radical, em que esta criação se dá como instituição imaginária do real-sem referente prévio. Nós, entretanto, não precisamos reduzir o imaginário somente a esta função fundante.

Durante séculos a imaginação foi considerada como uma propriedade marginal, ou mesmo negativa, do ser humano. Em grande parte, tal postura tem a ver com o desprestígio em que os gregos antigos a colocaram, preocupados que estavam em conceituar o conhecimento liberando-o das aparências, do sensível. A imaginação, assim, situava-se do lado da ilusão, do engano. A expressão francesa, corrente ainda em nossos dias para referir-se à imaginação, "folle du logis" (a louca da casa) é significativa desse desprestígio: como em quase toda família há um membro mentalmente problemático, com o qual é preciso conviver, assim também era preciso abrigar a imaginação, mas com cautela. A dicotomia real/imaginário perdurou por muito tempo e só começou a ser superada na virada do século XIX. Mencionem-se, apenas para ilustração, o papel que tiveram na regeneração da imaginação (e do imaginário), os horizontes abertos pela Psicanálise para além do consciente e os estudos de Sociologia, Psicologia, Filosofia e Antropologia, que viram na imaginação um poder gerador poderosíssimo. Na perspectiva acima apontada, Castoriadis acredita na capacidade que tem a imaginação de propor uma forma nova, permitindo, pois, criar um mundo do qual, sem ela, nada poderíamos dizer. Aliás, segundo o mesmo pensador, o homem deveria ser definido não como um animal racional (já que a racionalidade está longe de constituir o objetivo ou o parâmetro de nossas ações), mas como um animal dotado da capacidade de imaginação.

A História, por sua vez, hoje incorporou ao seu repertório a temática do imaginário. Os horizontes abertos são amplíssimos e fecundos, apesar de se ter criado, como em outros domínios que se tornaram moda (história do cotidiano, história das mulheres, das crianças, das minorias e dos excluídos, história das mentalidades, a micro-história e a história vista "de baixo", etc.), uma vala comum de mediocridade e descompromisso. Longe de tratar o imaginário como epifenômeno, a História tem procurado entendê-lo em sua dimensão produtora de realidade. E procura apreendê-lo, como faz Vovelle, em sua estrutura complexa, policêntrica, comportando bases e flutuações, organizando-se

por múltiplas articulações, como ciclos, "bacias semânticas" (por paralelismo, p. ex., com as "bacias leiteiras"), famílias, campos morfogénéticos, estilos de imaginação e assim por diante.

Cumprе ressaltar que *imagem*, *imaginário* e *imaginação* têm de comum o fato de se referirem à problemática do sentido, da significação. Estão aí envolvidos fenômenos de produção, armazenamento, circulação, consumo, reciclagem e descarte de sentido-operações fundamentais na formulação e hierarquização dos valores gerados por uma sociedade e indispensáveis à sua organização. Surge daqui um traço que precisa ser ressaltado com veemência. Sentidos, valores, são construídos pela sociedade e, portanto, são mutáveis, contingentes, em uma palavra, *históricos*. Não são imanentes aos vetores que dão suporte às imagens. Tome-se, por exemplo, o caso, mais próximo de nossa área de interesse, das formas materiais como vetor do imaginário: assim um objeto, uma representação visual etc. Neles, de intrínseco, só existem as propriedades físico-químicas dos materiais de que se compõem. Os valores não estão neles. Tais propriedades intrínsecas, porém (forma, peso, massa atômica, textura, cor, etc.etc.) são mobilizadas diferencialmente pelas sociedades, nos processos de operação do sentido. Sentidos e valores são, portanto, *atribuídos* às coisas. Contudo, com freqüência intervém o mecanismo de retificação ou fetichização, por intermédio do qual há um deslocamento a partir da sociedade (isto é, das relações sociais) para as coisas. Seria ocioso apontar o caráter ideológico de tal deslocamento, que dá às coisas aparência de vida autônoma. É nesse contexto que se fala de valores universais: valores estéticos, cognitivos (entre os quais o histórico) e outros. O campo do patrimônio cultural ainda se encontra, entre nós, dominado pela ótica da reificação. Tanto assim que se mantém como preocupação fundamental para os profissionais e militantes a busca de índices, escalas ou termômetros que permitiriam, em confronto com o universo material, identificar com segurança aqueles itens passíveis de serem incluídos num arrolamento de "bens culturais". O ideal seria, nessa linha, um equipamento ou processo que indicasse quais objetos, por exemplo, espaços, estruturas, etc., estariam contaminados com uma espécie de vírus cultural, vírus estético, vírus histórico, devendo, por isso mesmo, sobressair dentre o restante. Vírus, obviamente, de alcance universal.

Reforça a necessidade de desfeticizar esse "patrimônio cultural" a consideração da natureza histórica da percepção. Lembre-se como grande parte dos vetores do imaginário, no domínio do patrimônio cultural-e, em particular, na visão da cidade como bem cultural-pressupõe o investimento dos sentidos e a relevância da percepção. Ora, não há percepções que possam ser reduzidas a uma expressão especificamente orgânica, biológica, fisiológica, universal. Ao contrário, hoje se vem consolidando o entendimento de que nas sociedades, ao longo da história, varia não só, por exemplo, o sentido dominante, que articula as percepções, mas também o jogo interno segundo o qual elas se organizam. A isto se acrescentam, como propõe Donald Lowe, a variabilidade dos meios de comunicação e a as diferentes *epistemes* que marcam determinados momentos. Daí a procura de caracterizar estruturas perceptivas como fenômenos históricos.

Em conseqüência, impõe-se distinguir as imagens de seus suportes. É na utilização documental desses suportes e fazendo uso de seu potencial indiciário (isto é, de sua capacidade de fornecer pistas) que podemos chegar ao estudo da imagem e do imaginário. Mas é apenas no âmago das relações sociais e no quadro das estruturas sociais que se produzem os valores e sentidos constitutivos da imagem e do imaginário. (É óbvio que estamos aqui falando da imagem e do imaginário *sociais*).

Esta inserção obrigatória de nosso problema no lugar que lhe é próprio-o universo social e não o universo material, a não ser na medida em que as coisas materiais funcionam como produtos e vetores da produção e reprodução social-obriga-nos a lembrar várias outras categorias próximas das de imagem, imaginário e imaginação e que precisariam estar também presentes em nossa reflexão, como as categorias de práticas e representações sociais.

## REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Práticas e representações sociais são as duas faces da mesma moeda da vida social. A prática social é aquela intervenção concreta do homem no universo empírico. Mas essa prática, esse agir humano (social) não se faz às cegas, mecanicamente ou por instinto. Ele é induzido e conformado (tornado inteligível, desejável, legitimado, etc.)

pelas representações, que não ocorrem *a posteriori*, mas como ingrediente simultâneo da prática social.

O conceito de *representações* sociais dá conta da complexidade da imagem (imaginário, imaginação), sendo igualmente capaz de incorporar o que lhe for pertinente em conceitos como mentalidades, ideologia, valores, expectativas, além de outros, importantes para entender sua operação, como a memória.

Não é o lugar, aqui, de retrazar a formulação original do conceito com Durkheim e, depois, Mauss, preocupados com a construção social do conhecimento, e, em seguida, acompanhar sua retomada, a partir dos anos 60, pela Psicologia Social (p.ex., Moscovici, Jodelet, Farr, etc.), como sistema de referência que orienta as práticas, das quais se alimenta.

Roger Chartier completa o par solidário das *práticas e representações* referindo-se à *apropriação*, que pressupõe usos e funções diferenciais dos mesmos objetos, leituras plurais de indivíduos, grupos e da sociedade sobre os mesmos fenômenos e os variados cruzamentos possíveis. É de ressaltar que a noção de *apropriação* valoriza um conteúdo ativo, que faz com que o uso seja considerado como uma nova *forma de produção*. Assim, pensa ele, o conceito de representação permite designar e ligar três realidades essenciais: antes de mais nada, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo (as classificações) e que organizam os esquemas de percepção e avaliação a partir dos quais se orientam o julgamento e a ação. A seguir, também se designam as formas de exibição do ser social ou do poder político, tais como se dão a ver pela imagem, pelo rito, pela estilização da vida, por sinais ou dramatizações simbólicas. Enfim, há uma "presentificação" num representante (individual ou coletivo, consciente ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, assim dotado de continuidade e estabilidade.

## **IMAGINÁRIO URBANO. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS URBANAS**

É, portanto, sob a égide do conceito de representações sociais que seria mais produtivo cuidar do problema do imaginário urbano.

Das premissas expostas conviria extrair alguns traços, negativos ou positivos, que merecem realce.

Em primeiro lugar, as representações urbanas não são mera conversão de um fato urbano (seja qual for a significação que a expressão recubra) a uma forma representativa dele. Nessa perspectiva, tal fato urbano teria uma exterioridade radical em relação ao agente social, ao habitante da cidade, que funcionaria como reles codificador. Igualmente, não podemos reduzir a representação social da cidade a uma mera expressão psicológica ou espiritual, nem a um estreito ato perceptivo ou cognitivo (sensações, opiniões, conhecimento científico, etc.). Assim, por exemplo vai-se além da percepção urbana, que os especialistas (principalmente os semiólogos, como. Lucrecia Ferrara) definem como a capacidade de gerar informação a partir de cortes seletivos na paisagem urbana). As representações urbanas, ao contrário, teriam que ser entendidas como *componentes da prática social global*. Não se trata de imagens como reflexos *a posteriori* de uma realidade objetiva. Trata-se de imagens imbricadas na prática (cotidiana) do espaço urbano, parte das relações sociais, aliás uma das condições de sua formação. Por isso elas podem considerar-se (como faz Godelier com as representações sociais em geral, assim como a linguagem), entre as forças produtivas. Não se esqueça, finalmente, que as representações sociais não escamoteiam a realidade do conflito-sempre presente na problemática do sentido.

O conceito de "patrimônio ambiental urbano" tem sido muito veiculado para referir-se à cidade enquanto objeto cultural. No entanto, raramente tal conceituação escapa aos riscos da fetichização, de que se falou acima. Assim o patrimônio ambiental urbano não poderia constituir-se, tão somente, de um conjunto de bens urbanos, de natureza variada, e dotados de valores próprios, inerentes a esses bens e que pudessem ser identificados pelo confronto com listas aprioristicamente elaboradas, universais e estáveis, de sintomas desses valores e sentidos. Muito pelo contrário, o que se tem no patrimônio ambiental urbano é um fenômeno social, que só pode ser apreendido no quadro das representações sociais do meio urbano. Para simplificar, neste texto, o que se deveria entender por "meio ambiente urbano", basta indicar o conceito-chave de *lugar*. Lugar, porém, definido primordialmente enquanto objeto (espacial) de práticas sociais. Assim, é claro que temos, também, séries de estruturas físicas, segmentos espaciais, objetos urbanos. Tais séries, porém, dizem

respeito aos suportes operatórios das representações urbanas e não constituem as representações urbanas. E, por força, as representações urbanas são, sempre, socialmente localizadas e historicamente contingentes. São necessariamente diversas e hierarquizadas em sociedades compartimentadas como a nossa. O patrimônio ambiental urbano seria, nesta ordem de considerações, uma variante operacional das representações sociais. Isto tudo implica que a problemática do patrimônio ambiental urbano só poderá ser convenientemente equacionada se nossa prioridade deslocar-se das coisas para as relações sociais ou, em outras palavras, se procurarmos examinar as coisas dentro dos processos de produção e uso de sentido, no seio mesmo da sociedade.

## LEITURAS DA CIDADE

Valeria a pena dizer brevemente algo em torno daquilo que se convencionou supor o principal instrumento de apreensão do imaginário urbano: a leitura da cidade. Dispensamo-nos de examinar as contribuições da Geografia Cognitiva (que trabalhou, sobretudo, com o problema das percepções espaciais) ou da Antropologia (que deu importância ao problema da percepção, também, e ainda mais ao das classificações). Ou da Psicologia Social (que explorou os mapas cognitivos), ou da História da Literatura ou da História da Arte (que procuraram definir padrões ou modelos de imaginário e sua recorrência e distribuição). Limitar-me-ei a indicar duas posições bem diversas entre si e que marcam rumos significativos: uma gerada nos quadros da Arquitetura e do Urbanismo, outra, nos da Sociologia.

A primeira referência é Kevin Lynch que, em 1962 publicou um livro cuja voga foi enorme e cuja influência foi determinante. Seu título, *A imagem da cidade*, é que colocou em circulação a expressão, principalmente entre arquitetos, *designers* e planejadores urbanos e urbanistas. Infelizmente, a perspectiva de Lynch é muito reducionista e desfocada, além de simploriamente funcionalista. Também se ressentia de uma cômoda e enganadora facilidade nas propostas metodológicas.

Lynch procurava associar as formas urbanas a objetivos humanos, por ele definidos numa dimensão excessivamente adaptativa.

Procurava, assim, tornar funcionalmente equilibrada a relação entre o homem e o meio urbano pela capacitação do primeiro à decifração do espaço. A cidade, dizia ele, apresenta-se como uma vasta mensagem que o habitante precisa decodificar sob pena de anomalias e marginalização. A preocupação fundamental dos planejadores urbanos deveria ser, portanto, tornar legível a cidade. Sem dúvida esta síntese minha é grosseira e acentua as insuficiências da obra de Lynch (e seria, talvez, mais grosseira ainda se tivéssemos que avaliar questões de método no estudo de casos de cidades americanas que ele usou como repertório). Mas não resta dúvida de que Lynch considera o que hoje se denomina "problema urbano" como uma disfunção perceptiva, do lado do habitante, ou defeito textual, do lado da cidade. Marcar a esse ponto uma exterioridade entre a cidade e o habitante é comprometer a natureza social do fenômeno da representação, além de incidir no desvio da reificação. Com efeito, não se deveria falar em problema urbano, como lembra Lúcio Kowarick. É de problema social que se deveria falar e de suas expressões na cidade e pela cidade. Assinale-se ainda, que o habitante de Lynch (esse "leitor" mais ou menos incompetente, que precisa ser ajudado) é um ser abstrato, sem nenhuma densidade social.

Já mais aproveitáveis são as sugestões que Lynch fornece para o levantamento do que ele, porém, imagina serem as representações elas próprias-e que teríamos que considerar, antes, como matéria prima, dados brutos de informação, ou referencial empírico para, por análise e inferência chegarmos às representações. São cinco os referenciais que ele propõe: as trilhas (espécie de roteiro de navegação habitual pela cidade), as fronteiras (as delimitações e barreiras), os segmentos (territórios), os nódulos (pontos de convergência, de cruzamento, intersecções) e os marcos (monumentos, praças, edifícios que balizam o espaço).

Em 1973 Raymond Ledrut publica um livro de título semelhante, mas significativamente no plural: *As imagens da cidade*. Ledrut está preocupado, não com a cidade como texto que se apresenta à leitura, mas como discurso estruturado e estruturante do habitante sobre a cidade. Por isso é que a *prática do espaço urbano pelo habitante* se transforma no seu eixo principal de observação crítica e entendimento. Também ele trata a cidade como um campo de significações que é preciso

analisar. Mas não ignora que a decorrente imagem da cidade exprime menos a cidade do que uma relação global do homem com a cidade. A cidade "simulada" não é a cidade em si, como puro objeto. Por isso ainda é que ele toma a cidade, os signos e as significações, mas no interior da experiência urbana, como matriz. Se há, pois, uma semiologia urbana, é na linha de uma sociologia e de uma antropologia das práticas do *habitar*. Examinando questões como a dimensão do vivido, a conotação biográfica do espaços, os esquemas de organização do comportamento urbano, o sentido sociológico dos monumentos, os discursos sobre as preferências dos habitantes, a diversidade do código de conotações urbanas, as estruturas do discurso coletivo, os paradigmas urbanísticos (hedonista e funcionalista) -sempre tendo como referencial estudos de caso no sul da França -Ledrut está explorando um imaginário que não é pasteurizado nem socialmente anônimo e indiferenciado, como em Lynch, mas que não recusa a encarnação histórica, a diferença, as rupturas, as contradições da vida urbana, sem esquecer a alienação.

Passados vinte anos, por certo os estudos deste campo foram além dos quadros formulados por Ledrut. A direção que ele aponta porém, permanece a mais fértil.

## MUSEUS DE CIDADE E O IMAGINÁRIO URBANO

Uma reflexão final poderia dizer respeito aos museus de cidade como um lugar privilegiado para explorar a problemática do imaginário urbano, em outras palavras, para conhecer a cidade.

O urbanista argentino Jorge Hardoy sempre demonstrou estupefação, após ter visitado museus de cidade em inúmeros países do terceiro mundo, principalmente na América Latina, com o fato de que, neles, tudo se poderia encontrar, menos a cidade, ela própria, paradoxalmente. Por isso mesmo, neles, como ilhas de calma em meio às convulsões da história, emerge a contrapartida tranquilizante da cidade concreta, que, esta, vem sendo dominada, há muito tempo, por questões como industrialização, urbanização acelerada, migrações, marginalização, violência urbana e assim por diante. Tais museus não têm como referencial nem a cidade ideal, utopia projetada para o futuro,

nem a cidade passada à qual se desejasse nostalgicamente voltar. Não representam cidade alguma.

O afã atual, no Brasil, em coletar o que se costuma chamar de "memória urbana" está longe, a meu ver, de garantir as condições para uma presença da cidade nos museus de cidade. Esta presença, acredito, deveria desdobrar-se em três registros. O primeiro é o da cidade enquanto *artefato*, coisa física, produto e vetor material da apropriação social do espaço: segmento da natureza ao qual o homem (a sociedade) impôs forma, função e sentido. O segundo registro é o da cidade enquanto *campo de forças*. Forças em conflito, com participação e jogos diferenciados ao longo da história, forças de natureza econômica, social, cultural, política, que geram o espaço, que o transformam numa paisagem historicamente determinada. Finalmente, a cidade tem que estar presente como *imagem* (na sua variedade social e nas mutações históricas) pois aí se tem a plataforma mais profunda e estratégica para examinar todas as dimensões da cidade.

Enquanto esse imaginário urbano não tiver um lugar nos museus de cidade (o que, não ignoro, obrigaria a renovar nosso pensamento museológico e museográfico), e enquanto esse imaginário não for explorado em todas as direções, acredito que pouco se poderá falar de cidade no museu de cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. SUGESTÕES DE LEITURA.

- BENDER, Thomas, **Toward an urban vision**. Ideas and institutions in 19th- century America. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1975.
- BOYER, M. Christine, **The city of collective memory**. Its historical imagery and architectural entertainments. Cambridge, Mass., MIT Press, 1994.
- CASTORIADIS, Cornelius, **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- CHARTIER, Roger, **Cultural History**. Cambridge, Polity Press, 1988.
- FARR, Robert & Serge Moscovici, eds., **Social representations**. Paris, Eds. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1984.
- FERRARA, Lucrécia d'Alessio, **Ver a cidade**. São Paulo, Nobel, 1988.
- FRANCESCATO, Donata, **Schemi e immagini di città**. Un contributo di ricerca. Roma, Bulzoni, 1979.

- FREIRE, Cristina, **Além dos mapas**. Os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo, SEC/Anablume, 1997.
- GODELIER, Maurice, "The ideal in the real", in Samuel, R. & G. S. Jones eds., **Culture, ideology and politics**. London, Routledge & Kegan Paul, 1982: 12-38.
- GOTTDIENER, M. & Alexander Ph. Lagopoulos, **The city and the sign**. An introduction to urban semiotics. New York, Columbia University Press, 1981.
- KOWARICK, Lúcio, **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- LEES, Andrew, **Cities perceived**. Urban society in European and American thought, 1820-1940. Manchester, Manchester University Press, 1985.
- LEDROUT, Raymond, **Les images de la ville**. Paris, Anthropos, 1973.
- LE GOFF, Jacques *et alii*, **Histoire et imaginaire**. Paris, Poiesis, 1986.
- LOWE, David, **History of bourgeois perception**. Brighton, The Harvester Press, 1982.
- LOWE, Elizabeth, **The city in Brazilian literature**. Toronto, Associated University Press, 1982.
- LYNCH, Kevin, **The image of the city**. Cambridge, Mass., MIT Press, 1960.
- MAZZOLENI, Donatella, a cura di, **La città e l'immaginario**. Roma Officio Edizioni, 1985.
- MÉDAM, Alain, **Conscience de la ville**. Paris, Anthropos, 1976.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de, "O museu na cidade / A cidade no museu. Para uma abordagem histórica do museu de cidade", **Revista Brasileira de História**, ns. 8-9: 197-206, set. 1984-abril 1985.
- MITCHELL, W.J.T., **Iconology, image, text, ideology**. Chicago, The University of Chicago Press, 1986.
- NEIVA JR., Eduardo, **A imagem**. São Paulo, Ática, 1986.
- PECHMAN, Robert M., org., **Olhares sobre a cidade**. Rio, Ed. da UFRJ, 1994.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy, **O espetáculo da rua**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1992.
- RODWIN, Lloyd & Robert M. Hollister, eds. **Cities of the mind**. Images and themes of the city in the social sciences. New York, Plenum Press, 1989.
- VOVELLE, Michel, **Imagens e imaginário na História**. São Paulo, Ática, 1997.